

Autogestão em Empreendimentos de Economia Solidária: um estudo sobre as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Volta Redonda-RJ

Rainara Pereira Landim

Universidade Federal Fluminense. rainarapereira@id.uff.br

Thais Soares Kronemberger

Universidade Federal Fluminense. thaisk@id.uff.br

Luis Henrique Abegão

Universidade Federal Fluminense. lhabegao@id.uff.br

Carlos Frederico Bom Kraemer

Universidade Federal Fluminense. carloskraemer@id.uff.br

Resumo: Sustentado no referencial teórico sobre economia solidária e gestão social, este artigo pretende analisar a autogestão em cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis do município de Volta Redonda-RJ, localizado na mesorregião Sul Fluminense no estado do Rio de Janeiro. O foco da investigação reside em como a autogestão, considerado um dos princípios basilares da economia solidária, é colocado em prática, especialmente, a partir da participação dos membros nas decisões do empreendimento. A pesquisa, de natureza qualitativa e do tipo exploratório, adota a coleta de dados pelas técnicas bibliográfica, documental e de campo. Esta última, com a realização de entrevistas semiestruturadas com membros de três cooperativas. Os resultados indicam a não prevalência da autogestão tendo sido identificadas práticas de concentração de poder e de conhecimento nas lideranças dessas organizações. Destaca-se também, a diferença de percepção sobre a autogestão entre os cooperados, a depender da função que desempenham no empreendimento. O estudo aponta para a importância da formação contínua em economia solidária, a democratização do acesso à informação, além da inclusão com igualdade entre os participantes no processo decisório.

Palavras-Chave: Autogestão; Cooperativas de Materiais Recicláveis; Economia Solidária; Gestão Social.

1. Introdução

Historicamente, o município de Volta Redonda-RJ, localizado na mesorregião Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, conta com três cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis – Reciclar VR, Folha Verde, Cidade do Aço - cuja atuação na coleta seletiva e na promoção da inclusão socioprodutiva são relevantes para a promoção do desenvolvimento incluyente (Sachs, 2008). Essas cooperativas populares são consideradas Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), organizados a partir da autogestão, igualdade de direitos, propriedade comum do capital e gestão democrática (Lima, 2004).

As três cooperativas surgiram, a partir da desativação de um lixão e, como desdobramento, em 2001, criou-se a Associação Reciclar VR que contou com o apoio da prefeitura municipal ao reunir catadores independentes e pessoas em risco social. A formação enquanto cooperativa ocorreu somente em 2009 e contou com a influência do poder público, inclusive na gestão, ao indicar um gerente que desempenhava um papel de administrador do empreendimento, o que durou até 2015. Antes disso, em 2011, após desentendimentos e buscando sua autonomia, parte dos associados constituiu a Cooperativa Folha Verde. A terceira cooperativa, Cidade do Aço, também surgiu da dissociação de membros, sobretudo mulheres, da Cooperativa Folha Verde, com a pauta da autogestão e do respeito às catadoras. Hoje, Folha Verde e Cidade do Aço operam juntas no mesmo bairro. Sobre isso, há uma proposta da construção nesse terreno de um polo que agregaria as três cooperativas em um mesmo espaço físico (Abegão et al., 2019).

A temática dos EES, guarda relação com uma sociedade igualitária que requer uma economia baseada na solidariedade, ao invés da competição. Desta forma, a Economia Solidária surge, então, como resposta às contradições do capitalismo, permitindo que pessoas excluídas encontrem formas de subsistência coletiva (Singer, 2002). Sobre isso, Silva (2020) destaca que esses empreendimentos são organizações de pessoas, com foco no retorno coletivo ao invés do lucro individual. Para isso, a participação é um elemento central no rumo dos “negócios” dessas organizações populares.

A autogestão, enquanto princípio, organiza essa igualdade, dando voz ativa a todos os membros nas decisões, fortalecendo a colaboração e a responsabilidade compartilhada. Trata-se de um modelo de organização, em que o poder não reside em uma liderança vertical, mas se distribui de forma horizontal entre os participantes. Cada pessoa é reconhecida como sujeito ativo no processo decisório, o que contribui para o fortalecimento da autonomia coletiva e, também para a construção de relações democráticas e solidárias no ambiente de trabalho. Além disso, a autogestão estimula o engajamento dos membros, uma vez que todos passam a sentirem-se corresponsáveis pelos resultados, pelo bom funcionamento da organização e pelos rumos tomados (Singer, 2002).

O trabalho dos(as) catadores(as) associados(as) encontra alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010, pois esse marco legal reconhece “o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (Brasil, 2010, art.6), além de dispor em suas diretrizes sobre a implantação da coleta seletiva com a participação de cooperativas (Brasil, 2010, art. 18) e a

priorização dessas organizações na contratação com dispensa de licitação para serviços públicos de manejo de resíduos (Brasil, 2010, art. 36 §1º, §2º).

Em Volta Redonda-RJ, das três cooperativas pesquisadas, duas têm contratos vigentes de prestação de serviço para a coleta seletiva com a prefeitura municipal, enquanto uma delas encontra-se desestruturada enquanto organização. A contratação das cooperativas ocorreu em 2017 quando a gestão municipal à época assumiu o compromisso com os(as) catadores(as) na formulação de uma política pública de coleta seletiva que teve apoio de entidades, como Ministério Público do Trabalho (MPT), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro (DPE) e da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba Fluminense da Universidade Federal Fluminense (InTECSOL/UFF).

As cooperativas partem da autogestão como princípio para a sua organização. Isso significa uma gestão distinta do modelo convencional, com igualdade de direitos e responsabilidades entre os cooperados (Becker e Bertolini, 2022). Conforme destacado por Singer (2002): “para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis” (p.19), o que exige dos cooperados um esforço maior na gestão.

Contudo, a condição de tais organizações se agravam quando atuam de forma isolada, sem integração e proteção de seus direitos (Bortoli, 2013). A ausência de apoio institucional e a marginalização social contribuem para a precarização das condições de trabalho e para a fragilidade da organização formada por catadores. Tal cenário se agrava quando são vistos como “desempregados” ao invés de sócios (Baptista, 2015), o que reflete a marginalização e a falta de reconhecimento do seu trabalho. Neste contexto, a cooperativa é percebida como um importante meio de promover a dignidade, garantir o mínimo de segurança econômica e gerar renda de forma autônoma e solidária.

Com base nessa discussão, este artigo parte do seguinte problema de pesquisa: as cooperativas de catadores(as) de Volta Redonda-RJ praticam a autogestão, considerado um princípio da economia solidária? Se sim, como ocorre? Se não, quais as dificuldades encontradas? Adota-se como pressuposto que tais organizações são consideradas empreendimentos econômicos solidários e, por isso, adotam a autogestão.

Sustentando em tal discussão, o artigo encontra-se estruturado em quatro seções, além desta introdução e das referências. A seguir, tem-se o referencial teórico construído, a partir dos fundamentos da economia solidária, com destaque para autogestão, e da temática das cooperativas de catadores(as). A quarta seção dedica-se à metodologia de pesquisa com a apresentação das técnicas de coleta e análise de dados. Em seguida, os resultados são discutidos à luz do referencial, e das categorias analíticas. Por fim, as considerações finais apontam reflexões sobre a autogestão nas cooperativas investigadas, sintetizam as contribuições do estudo para o campo da economia solidária e propõe uma agenda de pesquisa futura.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Economia Solidária e Autogestão

O termo Economia Solidária ganhou expressão no Brasil, ao longo dos anos 1990, em um cenário socioeconômico restritivo, a partir de iniciativas de geração de trabalho e renda que despontaram no país por sua natureza associativa e, também por práticas de cooperação e autogestão. Como desdobramento, uma diversidade de categorias sociais e modalidades de organização passaram a ser reconhecidas nesse campo, tais como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito (Gaiger, 2013).

Neste cenário, a Economia Solidária surge como uma alternativa à crise do emprego e à insustentabilidade do modelo capitalista, propondo uma abordagem que combina dimensões sociais, culturais e econômicas. Sua relevância está vinculada à busca por uma economia mais democrática e inclusiva, direcionada à satisfação de necessidades sociais e à promoção de arranjos organizacionais inovadores (França Filho, 2013). Esse tipo de economia, então, requer uma outra forma de produção. Nela há princípios fundamentais que um empreendimento deve seguir para que haja a sua efetiva execução, como a solidariedade, a autogestão, a democracia, a cooperação, o respeito à natureza e ao comércio justo (Singer, 2002).

Sobre seus fundamentos, Lisboa (2005) destaca que "uma das originalidades da Economia Solidária é estar no mercado sem se submeter à busca do lucro máximo, como se evidencia pela prática do preço justo pelos seus empreendimentos" (p. 2). Essa característica confere à Economia Solidária um diferencial, uma vez que seus empreendimentos perseguem a geração de renda, a partir da sustentabilidade social e ecológica, enfatizando o valor da troca justa e da colaboração.

Embora a Economia Solidária seja frequentemente associada ao terceiro setor, trata-se de conceitos distintos. Enquanto o terceiro setor, tipicamente norte-americano, enfatiza a filantropia e o ajustamento social, a Economia Solidária herda tradições europeias de cooperação e mutualismo, incorporando um debate sobre as possibilidades de solidariedade na economia e ação pública (França Filho, 2013).

Em relação aos membros, Lisboa (2005) destaca ainda que as mulheres são maioria na Economia Solidária, evidenciando o entrelaçamento dessa prática com o feminismo e sua capacidade de articular a luta política com a geração de renda. Isso faz com que os empreendimentos solidários tenham um papel social importante na vida das pessoas refletido no sentimento de pertencimento daqueles que estão inseridos em um ambiente coletivo e solidário.

Como princípios basilares tem-se a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual, ao qual mostram como a Economia Solidária é oposta a economia capitalista que visa ao lucro e a competição. Esta última, não somente de mercado, mas também entre funcionários e setores podendo até mesmo dificultar o crescimento da empresa. Isso porque apesar de ter como objetivo aumentar a lucratividade geral, a economia capitalista pode comprometer o funcionamento da organização como um todo, especialmente, se alguns setores ocultarem informações estratégicas de outros concorrentes para enfraquecê-los. Desse modo, o desenvolvimento que o capitalismo emprega dentro da economia é sobre o acúmulo de capital acima de qualquer outra questão (Singer, 2002).

Ainda sobre os fundamentos da Economia Solidária, destaca-se a autogestão. É compreendida, segundo Faria (2009), não apenas como um modelo de gestão participativa, mas também como uma proposta de transformação completa da sociedade em todos os seus níveis – econômico, político e social –, desafiando as estruturas autoritárias e a lógica de acumulação do capitalismo. Nela, pode-se dizer que ocorre a integralização dos cooperados nas cooperativas, isto é, para que “a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre no empreendimento e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema” (Singer, 2002, p.19).

Portanto, a autogestão encontra-se diretamente relacionada à democratização da economia, um dos objetivos centrais da Economia Solidária. Ao colocar o controle da produção e da distribuição de riquezas nas mãos dos trabalhadores, as práticas autogestionárias desafiam a lógica centralizadora e hierárquica do modelo capitalista (França Filho, 2013).

Mesmo com coletividade, cooperativismo, acesso à informação e reuniões para decisões, os empreendimentos contam com “cargos”, pois, com muitos associados, não é viável que todos façam tudo. A gestão precisa ser organizada, o que leva à existência de lideranças. Esses cargos, como, por exemplo, a presidência, são ocupados por votação e consenso entre os cooperados (Singer, 2002).

Entende-se que a autogestão promove uma gestão horizontal e participativa, onde decisões são tomadas coletivamente, mesmo com a necessidade de cargos para garantir organização. Esses são temporários e definidos por consenso, preservando a igualdade. A questão salarial também reflete essa solidariedade: todos recebem a mesma quantia, e, se houver necessidade de diferenciação, irá ocorrer por decisão coletiva visando ao bem-estar do grupo. Isso garante decisões transparentes e igualitárias (Gaiger, 2004).

Assim, pode-se dizer que é pela autogestão que todos se empoderam do empreendimento tendo voz e participação nas decisões. Ao contrário da hierarquia rígida das empresas capitalistas, há uma estrutura horizontal, baseada em cooperação e transparência (Singer, 2002).

Além disso, a autogestão fortalece o protagonismo e os vínculos entre os membros. Para o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários torna-se necessário compartilhar os valores da autogestão e formar os participantes para praticá-la (Magno et al., 2021).

Entender e praticar a autogestão é crucial para que as cooperativas atinjam seus objetivos sociais e econômicos, dando dignidade e autonomia aos catadores e fortalecendo o movimento da Economia Solidária, que propõe uma articulação entre os atores envolvidos – Estado, mercado e sociedade civil – para a resolução de problemas sociais. Essa interação favorece um processo deliberativo que se assemelha à gestão social, a partir da lógica coletiva com base nas necessidades locais (França Filho, 2013).

Importante ressaltar que a prática da economia solidária e, portanto, da autogestão em empreendimentos coletivos, como as cooperativas, requer o apoio a tais organizações formalizadas (ou em potencial) para a construção de uma gestão democrática baseada na igualdade de direitos e deveres, configurando, assim, sociedades de pessoas (Tauile & Rodrigues, 2004).

Tal prática constitui um desafio, pois muitos membros ainda têm dificuldade em se ver como responsáveis pelo empreendimento e continuam com a visão de assalariado. Quando se reconhecem como donos, tornam-se os principais interessados em melhorar a produção e rentabilidade (Tauile & Rodrigues, 2004).

2.2. Catadores(as) e Cooperativas de Materiais Recicláveis

Na década de 1980, no bojo do surgimento da economia solidária no país, as cooperativas de catadores(as) emergiram como resposta ao desemprego e à falta de oportunidades, permitindo reconhecimento social e acesso às políticas públicas (Magno et al., 2021). Em resposta à crise econômica e aos efeitos das políticas neoliberais, tornaram-se alternativa coletiva à marginalização e precarização do trabalho. Como empreendimentos coletivos e autogestionários buscaram viabilidade econômica e apoio mútuo, conquistando autonomia nas decisões e visibilidade nas políticas de resíduos sólidos (Bortoli, 2013).

Sobre a catação, pode-se dizer que tal atividade permite a geração imediata de renda pela liquidez: basta reunir materiais e entregá-los a atravessadores (Moura Fé & Faria, 2011). Estima-se que mais de 500 mil pessoas trabalham com carrinhos (Baptista, 2015) revelando força numérica, ainda que invisível e estigmatizada.

Pela economia solidária é possível tornar esse trabalho individual e informal do(a) catador(a) em cooperação e, com isso, fortalecer a inserção socioeconômica pela geração de trabalho e renda possibilita, sobretudo a reconstrução de uma identidade. Isso é possível pelo cooperativismo ao permitir acesso a renda digna ao invés da informalidade precária. As cooperativas de catadores(as) são exemplos de inclusão social via economia solidária, pois o perfil dos(as) cooperados(as) envolve sujeitos marginalizados (Singer, 2004; Luz et al., 2018).

A categoria é diversa: alguns atuam desde a infância ou alternam atividades. Individualmente, todo o processo, da coleta à venda, recai sobre o(a) catador(a), que depende de atravessadores que controlam os preços (Silva, 2020). Assim, estando na base da cadeia da reciclagem, recebem menos, enquanto empresas lucram mais (Magno et al., 2021). Já, no trabalho coletivo há investimento em infraestrutura e equipamentos essenciais (Silva, 2020). Além das vantagens

em termos socioeconômicos, tem-se que o trabalho coletivo em cooperativas fortalece a reivindicação por políticas públicas, ou seja, a luta deixa de ser individual.

Sobre a autogestão em cooperativas, há desafios maiores em comunidades com histórico de subordinação, dificultando práticas participativas (Menafrá, 2015). Isso porque catadores(as) autônomos(as) enfrentam maior vulnerabilidade, com piores condições de trabalho, baixa renda e riscos à saúde. Mesmo as cooperativas enfrentam precariedades, como falta de apoio e capacitação (Magno et al., 2021) exigindo políticas públicas eficazes.

A autogestão como prática participativa é entendida como um processo coletivo transformador (Correa & Avach, 2007) que culmina em decisões colegiadas e desenvolve o indivíduo, tornando-o mais consciente (Singer, 2002). Contudo, muitas vezes, a mudança cultural gerada pela participação restringe-se ao grupo fundador (Carvalho, 2007). Por isso, para Singer (2002), a autogestão é mais autêntica com militância sindical, política ou religiosa, pois o compromisso coletivo é maior.

Por fim, ainda sobre as cooperativas de catadores(as), torna-se importante reconhecer os impactos positivos em termos ambientais, como a redução de resíduos em aterros e o reaproveitamento de recursos, não sendo reconhecidos nem remunerados pelo mercado (Tauile & Debaco, 2002) reforçando, assim, a necessidade de valorização dessas organizações.

3. Método de pesquisa

A pesquisa possui natureza qualitativa tendo feito uso de textos, entrevistas e observações para compreender práticas de autogestão nas cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis do município de Volta Redonda-RJ. É classificada como exploratória por ser realizada em áreas em que há pouco conhecimento ou informações organizadas (Vergara, 1998). Isso porque mesmo identificando estudos sobre cooperativas e catadores de materiais recicláveis, o tema da autogestão ainda é pouco explorado em artigos científicos publicados em periódicos.

O método adotado compreendeu o estudo de caso para investigar fenômenos complexos no contexto real (Yin, 2001). Isso permitiu aproximação do pesquisador com a realidade das cooperativas, do seu cotidiano, tendo sido possível a observação das dinâmicas de gestão do empreendimento, das dificuldades enfrentadas e do esforço pelo reconhecimento sociopolítico enquanto trabalhadores.

Em relação à coleta de dados, adotou-se as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, o que permitiu a triangulação das técnicas para melhor conhecimento sobre o fenômeno pesquisado. Segundo Minayo (2014), a triangulação consiste na combinação de diferentes métodos e fontes de dados para garantir maior profundidade, validade e consistência na análise social. Essa estratégia possibilita a compensação das limitações de cada método isoladamente, ampliando a compreensão do objeto de estudo e fortalecendo a confiabilidade dos resultados.

Em relação a pesquisa bibliográfica, um levantamento foi realizado na base de dados *Scielo*, a partir das palavras-chave autogestão, economia solidária, cooperativas de catadores. De 29 artigos, foram selecionados 17, o que foi realizado a partir da leitura do resumo buscando uma

aproximação com a proposta deste trabalho. Além dos artigos científicos, capítulos de livros considerados de referência no tema da economia solidária também foram adotados nesta pesquisa.

Sobre a pesquisa documental, envolveu o mapeamento e a análise de legislação nacional sobre a política pública de resíduos sólidos, Lei 12.305/2010, a legislação municipal sobre o sistema de coleta seletiva de Volta Redonda-RJ, Lei Municipal nº 5.762/2020, e os estatutos das três cooperativas de catadores de materiais recicláveis investigadas.

Já, a pesquisa de campo abrangeu tanto visitas técnicas com observação participante quanto entrevistas semiestruturadas. No que diz respeito a primeira, ocorreram nos meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025 sendo possível fazer registros de campo sobre a organização interna, as tarefas, as decisões tomadas e as interações entre os membros das Cooperativas Reciclar VR, Folha Verde e Cidade do Aço. Acerca das entrevistas, foi elaborado um roteiro com perguntas abertas em temas sobre estrutura organizacional e administrativa, gestão participativa, transparência e rendimentos. Os entrevistados foram selecionados pelo critério da acessibilidade e compreenderam cinco cooperados da Reciclar VR, seis da Folha Verde, três da Cidade do Aço. Também foram entrevistados dois técnicos da InTECSOL/UFF elegidos pelo critério da representatividade no trabalho de assessoria desempenhado junto às cooperativas. Ainda sobre as entrevistas, importante ressaltar que foi preservado o anonimato dos entrevistados e, portanto, fez-se uso de siglas para identificação da entidade representativa sendo “C” para cooperado e “E” para entidade de apoio seguido do número correspondente de entrevistas realizadas.

Por fim, a etapa de tratamento de dados ocorreu pela elaboração de categorias de análise por grade mista, isto é, definiu-se uma proposta previamente, mas também novas categorias foram incorporadas durante o processo de análise (Vergara, 2010). O Quadro 1, apresenta as categorias tendo como referência a autogestão. São elas: transparência financeira, decisão coletiva, igualdade na distribuição de rendimentos e tarefas, conhecimento dos processos administrativos, gestão de conflitos.

Quadro 1 – Categorias de Análise

Categoria	Definição
Transparência financeira	Prática de disponibilizar informações claras e acessíveis sobre a gestão dos recursos financeiros para todos os membros. Isso inclui a prestação de contas regular, acesso à documentos financeiros, participação coletiva na definição de orçamentos e alocação de recursos.
Tomada de decisão coletiva	É um processo coletivo e democrático no qual os membros participam ativamente da definição dos rumos e estratégias da organização. Geralmente realizada em assembleias ou reuniões, busca o consenso ou a votação para aprovar decisões relacionadas à gestão, distribuição de recursos, planejamento de atividades e resolução de problemas.

<p>Igualdade na distribuição de rendimentos e tarefas</p>	<p>Busca garantir que todos(as) os(as) cooperados(as) sejam remunerados(as) de maneira proporcional à contribuição, levando em conta critérios previamente definidos coletivamente. Já, em relação às tarefas, a igualdade implica na partilha equitativa das atividades, evitando sobrecarga em alguns membros e promovendo o envolvimento de todos(as) nas diversas funções, incluindo as mais operacionais e as de gestão.</p>
<p>Conhecimento dos processos administrativos</p>	<p>Compreensão que os membros têm sobre as práticas e procedimentos que regem a gestão organizacional e operacional da organização. Isso inclui o entendimento sobre as atividades gestão de recursos humanos, planejamento, elaboração de relatórios e cumprimento de obrigações legais.</p>
<p>Gestão de conflitos</p>	<p>Conjunto de práticas e estratégias utilizadas para identificar, compreender e resolver desacordos ou disputas internas de forma construtiva e democrática.</p>

Fonte: elaboração própria, a partir da fundamentação teórica.

Por fim, a triangulação de dados (Minayo, 2014) foi utilizada para validar os achados, comparando entrevistas, observações e documentos entre as três cooperativas investigadas, o que confirmou ou refutou padrões, como também aumentou a confiabilidade dos resultados. A análise seguiu categorias temáticas, com evidências coletadas em falas, observações e documentos.

4. Resultados

A seguir, os resultados são apresentados seguindo a organização das categorias temáticas dispostas no Quadro 1 e evidenciado os achados para as três cooperativas pesquisadas nesta ordem: Reciclar VR, Folha Verde e Cidade do Aço.

4.1 Transparência Financeira

A partir dos registros de campo, especialmente, da observação participante nas reuniões com os membros das três cooperativas, notou-se que em relação ao acesso aos documentos, na Reciclar VR há um empecilho de que não ficam no empreendimento. Documentos importantes, como, por exemplo, o contrato de prestação de serviço com a prefeitura, estatuto, contas a pagar e receber, são mantidos sob a guarda da secretária devido à problemas com segurança e roubos. *“O que faz é a secretária pegar a documentação e leva para ela, porque ela que resolve isso para a gente. Mas aí se a gente precisar de alguma coisa quiser ver é só falar com ela mesmo e mandar mensagem para ela”* (C1). A maioria dos entrevistados não considera isso um problema porque podem pedir quando quiserem sem transtornos, assim como dito por um dos cooperados: *“Fica guardado quando a gente precisar de qualquer coisa, às vezes a gente precisa de um documento para comprovar que a gente trabalha, ela pega e chama a gente. Aqui mostra para a gente, assina uma folha que dê para a gente poder ajudar”* (C2).

Outra dificuldade identificada na Cooperativa Reciclar VR diz respeito à falta de reuniões regulares com os membros. Conforme mencionado por um dos entrevistados: “*Demora ter reuniões*” (C3). Outro disse que “*não sabe quando tem, só recebe*” (C4). Este último, está na cooperativa há quatro meses e até hoje só participou de uma reunião relacionada ao uniforme. Ele também disse que foi criado um grupo no *WhatsApp* para passar informações sobre pagamentos, porém expressou que “*não falam nada*” (C4) neste grupo.

Já na Cooperativa Folha Verde, os documentos ficam no escritório da organização. Um dos entrevistados que compõe a diretoria, quando perguntado sobre os documentos e o acesso a esses, disse que: “*Todo mundo tem a cópia do estatuto.*” (C6). Outro cooperado respondeu que: “*tem um quadro ali, tem alguns documentos que ficam ali, entendeu? Nós tiramos na época um estatuto para cada pessoa, e aí esse estatuto, estatuto e o rendimento interno...*” (C11). Ao analisar tal quadro, percebeu-se que não havia tantos documentos, apenas o contrato de prestação de serviço para a coleta seletiva com a prefeitura. O restante eram rotas das cooperativas e uma lista com o tamanho dos uniformes de cada cooperado.

Ainda sobre a Folha Verde, observou-se também que a entrega de documentos aos cooperados não é uma prática contínua. Entrevistados relataram dificuldade de acesso às informações, como um deles que está há pouco menos de um ano na cooperativa: “*Os documentos eu não sei não, porque por enquanto não passou nada para mim ainda.*” (C9). Já, outro entrevistado afirmou que, além da falta de interesse de alguns membros, há dificuldades para acessar os dados financeiros, pois o tesoureiro evita fornecer informações, mesmo quando questionado sobre vendas e pagamentos (C7).

Outro achado de pesquisa dessa mesma cooperativa refere-se à concentração de conhecimento em apenas uma pessoa sobre o sistema de dados denominado “Reciclados”, que foi apresentado durante uma das visitas técnicas, indicando pouca disseminação dessas informações entre os cooperados. Um dos entrevistados relatou que “*são poucas pessoas que sabem usar um computador*” (C11) e, por isso, a administração ficou concentrada nele, incluindo o uso do sistema que calcula compras, vendas e pagamentos. Apesar de outros saberem usar computador, não foram ensinados a utilizar o sistema. Um dos entrevistados apontou que o tesoureiro “*não deixa eu fazer nada. Ele toma conta, ele não divide (...). Ele é uma pessoa excelente, mas ele não quer dividir nada*” (C7). Sobre as reuniões, outro cooperado disse que só acontecem quando há problemas com pagamento: “*Começa a reclamar muito com ele (tesoureiro), chama pra reunião*” (C6). Também foi relatado que o tesoureiro até leva documentos, “*mas ele não explica nada que está ali*” (C8) e que o conteúdo é difícil de entender: “*aí você tem que quebrar a cabeça ali e ver*” (C8).

Quanto a Cooperativa Cidade do Aço, percebeu-se uma desestruturação tanto na gestão quanto na organização do grupo, pois, atualmente, está sem contrato de prestação de serviço para a coleta seletiva com a prefeitura e, em decorrência disso, não podem usar o espaço físico para separação de resíduos e reciclagem, o que acaba por inviabilizar a existência de um escritório. A presidente guarda os documentos em casa e afirma ter “*medo de carregar porque está chovendo muito (...), nem é bom, né? Tomar chuva*” (C12). Outros membros dizem que, se pedirem, ela disponibiliza os documentos.

Sobre as reuniões, não ocorrem com frequência, sendo realizadas, às vezes, na casa da diretora financeira e da secretária, com a participação de apenas três pessoas, conforme dito por um dos entrevistados: *“só nós três”* (C12). Percebeu-se que a falta de espaço e a desmobilização do grupo dificultam a inclusão de outros cooperados.

A entrevistada da entidade de apoio relatou que as reuniões tinham foco no ganho financeiro e que há resistência da presidente em permitir que outros assumam papéis de destaque: *“Ela não deixa. Ela acaba indo e ela que é... É tudo na mão dela”* (E2). Disse ainda, que houve boicote a uma pessoa que tentava melhorar a gestão e destacou a dificuldade da liderança em ser transparente: *“tem dificuldade na publicação, na transparência daquilo que ela está desempenhando ali”* (E2).

De modo geral, pode-se dizer que as três cooperativas enfrentam empecilhos quanto à transparência e acesso aos documentos. Na Reciclar VR, os documentos são guardados fora da sede, mas há relatos de facilidade no acesso, com exceção de alguns entrevistados. Soma-se a isso, a ausência de reuniões regulares para prestação de contas, o que compromete a apropriação coletiva das informações financeiras. Na Folha Verde há centralização dos registros no tesoureiro e dificuldades de compartilhamento de informações e conhecimento sobre o sistema de dados. No entanto, a prestação de contas ocorre apenas quando surgem problemas. Soma-se a isso, a centralização da gestão em uma única pessoa. Por fim, na Cidade do Aço, o cenário é crítico devido à situação vulnerável que a cooperativa se encontra, com documentos sob a responsabilidade exclusiva da presidente, reuniões restritas e resistência à democratização, o que compromete a transparência e a gestão coletiva.

4.2. Tomada de Decisão Coletiva

A tomada de decisão na Reciclar VR enfrenta desafios à prática democrática, com centralização de poder nas lideranças e pouca participação dos cooperados nas estratégias, contrariando os princípios da autogestão. A centralização das decisões é uma característica marcante, com lideranças específicas dominando as questões administrativas. Segundo o entrevistado C2: *“quem decide muito é a presidente e a administradora”* sendo as consultas aos cooperados pontuais e após as decisões principais, como exemplificado por C1: *“A secretária chama todo mundo e conversa e pergunta, vocês concordam, vocês não concordam...”*. Há falta de comunicação até mesmo entre a diretoria, evidenciada pela declaração de C1: *“Há muita falta de comunicação...É, por exemplo, falar a secretária, ela é boa, mas quando a gente vai ver ela já tomou algumas decisões, e a gente aceita”* e, também pelo entrevistado C5: *“a comunicação precisa melhorar”*.

Na cooperativa Folha Verde, o tesoureiro realiza *“conversas na cozinha”* que são consideradas reuniões informais, mas *“não tem reunião”* formal, segundo o entrevistado C7. As decisões geralmente são tomadas por uma única pessoa e os cooperados só ficam sabendo se perguntam, como relatado pelo mesmo entrevistado: *“Só fica sabendo se alguém perguntar... a maioria das vezes, ele decide sozinho”* (C7). Por outro lado, o estatuto da cooperativa prevê *“promover a difusão dos princípios da Economia Solidária entre os cooperados”* (Folha Verde, 2022, p. 5). O entrevistado C8 afirmou que *“Não tem assembleia... Ele que resolve tudo... É o poder*

que resolve tudo.”, reforçando a centralização. Há um grupo no *WhatsApp* para informar os cooperados, porém apenas sobre decisões já tomadas pelo tesoureiro, sem participação coletiva, como observado por C10: *“Tem vezes que conversam... mas tem vezes também que eles tomam a decisão sem perguntar, sem falar.”*

Já, na cooperativa Cidade do Aço, a presidente disse que *“pergunta a opinião, se tá de acordo. Se tá de acordo, a maioria, a gente faz o que tem que fazer.”* (C1). Mas, o entrevistado C14, que está há seis meses na cooperativa, disse nunca ter participado de uma decisão, indicando possível exclusão e falta de participação efetiva. O entrevistado C12 relatou que as decisões são comunicadas pela presidente via grupo no *WhatsApp*, sem reuniões para decisão coletiva. Essa prática fragiliza a cooperativa, pois os membros não participam, não trocam ideias nem constroem estratégias conjuntas.

Nas três cooperativas pesquisadas pode-se inferir que há desafios semelhantes relacionados à centralização das decisões, enfraquecendo os princípios da autogestão e da Economia Solidária. Na Reciclar VR, o poder está em pequenas lideranças com consultas pontuais e comunicação limitada; na Folha Verde, o tesoureiro concentra as decisões de forma unilateral; e na Cidade do Aço, a centralização ocorre na presidente, com exclusão de membros recentes e decisões apenas comunicadas. Em todas as cooperativas, a ausência de assembleias regulares e práticas participativas compromete a gestão coletiva, a inclusão e a troca de ideias, considerados aspectos essenciais para o sucesso cooperativo.

4.3. Igualdade na Distribuição de Rendimentos e Tarefas

Na Reciclar VR, a distribuição de rendimentos é baseada nos dias trabalhados, mas a quantidade de trabalho diário varia entre os cooperados, o que pode gerar diferenças no valor recebido. As faltas frequentes de alguns impactam diretamente suas remunerações. Há uma tentativa de distribuição justa com base na produção, mas as ausências criam desigualdades. Alguns cooperados não sabem exatamente como o pagamento é calculado, embora mencionem que o critério envolve os dias trabalhados, sem clareza sobre a definição do valor. Os entrevistados C1 e C2 afirmam que não há divisão formalizada de tarefas; a ideia é que todos façam tudo, exceto operar a prensa, restrita a alguns. Isso indica uma divisão de trabalho prática e flexível, sem grandes distinções. A distribuição de tarefas e rendimentos é feita de forma compartilhada e sem estrutura formal definida. As atividades são executadas por todos(as), a exceção do motorista do caminhão, que é contratado da prefeitura. A divisão diária envolve separação de materiais e operação de equipamentos, com mulheres nas bancadas e homens no transporte.

Na cooperativa Folha Verde, a lógica de pagamento é baseada nas horas trabalhadas. Se o cooperado mantiver a frequência, pode receber entre R\$1.200,00 e R\$1.400,00 mensais. A remuneração é vinculada ao controle de frequência registrado por relógio de ponto, o que difere da Reciclar VR, onde as anotações são feitas manualmente em um caderno. O entrevistado C7, com experiência anterior em outra cooperativa, destacou que: *“a pessoa que trabalhou mais vai receber pela hora que ela fez, a carga horária... aqui não é rateio. Ele paga por hora. É diferente.”* Isso mostra que o modelo adotado é individualizado, com base no tempo de trabalho, ao invés do rateio coletivo da receita.

Em relação à distribuição de tarefas, tanto na Folha Verde quanto nas demais cooperativas, os relatos dos entrevistados foram semelhantes. As tarefas são distribuídas de forma flexível e adaptadas às necessidades do dia a dia. A triagem de materiais aparece como a principal atividade, mas os cooperados também são acionados para outras funções, como a realização das rotas. Isso indica que a divisão do trabalho não segue uma estrutura formal ou fixa, mas sim moldada pelas demandas cotidianas da cooperativa.

Na Cidade do Aço, segundo os entrevistados, o rateio do pagamento é baseado nas horas de trabalho, mas sem um valor fixo por hora. A distribuição é feita conforme a participação de cada um, com possibilidade de ajustes conforme o trabalho realizado. Um dos entrevistados afirmou: *“A gente anota a chegada de cada um e a participação deles. (...) temos um caderno de controle, presença e horário que chegou. (...) a gente soma as horas. E aqueles que tiveram mais horas vão ganhar mais”* (C12).

Ainda na Cidade do Aço, as tarefas são distribuídas de maneira bem definida, com funções específicas como triagem, prensagem e coleta. Todos os membros da diretoria, inclusive a presidente, participam das atividades operacionais, sobretudo porque vivenciam um momento de vulnerabilidade no empreendimento. No entanto, os entrevistados da entidade de apoio relataram não perceber claramente essa divisão de papéis. Assim, as respostas dos entrevistados da Cidade do Aço se diferenciam das demais cooperativas, não havendo similaridades nesse ponto.

De modo geral, embora as três cooperativas enfrentem desafios quanto à igualdade e clareza na distribuição de rendimentos e tarefas, a cooperativa Cidade do Aço apresenta um modelo mais organizado, enquanto a Reciclar VR e a Folha Verde operam com maior flexibilidade.

4.4. Conhecimento dos Processos Administrativos

Na Reciclar VR, a tesoureira explicou como registra os dias trabalhados para realizar os pagamentos: *“Eu levo o caderno de ponto para casa, anoto o nome de todo mundo, anoto os dias trabalhados e anoto o valor. Quando chego, as duas olham [administradora e secretária] veem que está certo e a gente começa a fazer o pagamento”* (C2). Fora isso, a entrevistada, que também é da diretoria, não soube relatar mais sobre a gestão. A maioria dos entrevistados afirmou não saber como é feita a gestão. Quando questionados sobre a troca de diretoria, apenas os membros da própria diretoria souberam responder com precisão; dois não sabiam e um ficou confuso entre três ou quatro anos. Sobre esse processo, dois dos cinco entrevistados não souberam responder e um disse que: *“eles não falam”* (C4).

Já, na Folha Verde, duas respostas imediatas dos entrevistados C6 e C7 foram: *“era do tesoureiro”*, ou seja, só sabiam que tal membro faz essa parte, inclusive, um desses entrevistados é a presidente da cooperativa. Outro entrevistado respondeu: *“não sei como é”* (C10). Já, o restante só respondeu que sabia quem ocupava os cargos de presidente e tesoureiro, mas também não souberam explicar o que fazem esses cargos.

Sobre a troca de diretoria, a maioria sabe o tempo de troca da gestão. Somente dois disseram não saber, sendo um deles membro da diretoria (fiscal). A maioria disse que é feito em uma

assembleia por votação. É importante ressaltar que dois dos seis entrevistados estão na cooperativa há menos de um ano. Contudo, um entrevistado teve uma fala assim: *“Tem 12 anos que eu tô aqui. Esses 12 anos, uma vez só que participei pela votação.”* (C8). Quando questionado sobre como era feita a votação, respondeu: *“Ah, eu já entrei aqui, já tinha o que já tinha aí, já. Não tinha votação, o pessoal ficou. Ele sempre fica”* (C8).

Na Cidade do Aço, quando perguntados sobre a gestão da cooperativa, os cooperados não sabiam como ocorria. A presidente respondeu que *“é péssima”* (C12), pois, segundo ela, faltam registros administrativos e não consegue organizá-los. Não há um espaço adequado para a cooperativa utilizar como escritório. Quando perguntada sobre troca de diretoria, somente a presidente soube responder.

De forma geral, pode-se perceber que a gestão administrativa nas três cooperativas revelou lacunas quanto ao conhecimento dos cooperados sobre os processos internos e a estrutura de gestão. Na Reciclar VR, a gestão administrativa é exercida por poucos membros da diretoria. Há falta de clareza nesse processo, pois muitos cooperados desconhecem os detalhes da gestão e da troca de diretoria, o que demonstra uma comunicação interna falha. Na Folha Verde, apesar de a maioria dos cooperados saber quem ocupa os cargos principais, poucos entendem as responsabilidades dos diretores. A gestão é associada ao tesoureiro e as respostas sobre a troca de diretoria variam, com alguns cooperados desconhecendo o processo. Na Cidade do Aço, a administração também é centralizada e a falta de documentação formal dificulta essa função. A presidente é a única a ter clareza sobre a troca de diretoria, enquanto os cooperados desconhecem como isso se dá. Em suma, em todas as cooperativas a gestão apresenta fragilidades na transparência e na comunicação entre os membros, prejudicando a compreensão e o envolvimento dos participantes nos processos decisórios e na mudança de direção.

4.5. Gestão de Conflitos

Na Reciclar VR, o técnico da entidade de apoio não percebia muitos conflitos na cooperativa, ao contrário, via bastante diálogos durante o trabalho na mesa de separação: *“e a voz preponderante era da administradora, que no final apontava o caminho, tentava resolver”* (E1). O entrevistado também reconheceu que: *“às vezes podia ter uma liderança tóxica e, assim, impôs de não escutar, (...) mas parecia que ela era atenta às necessidades do grupo, então havia ali uma liberdade um pouco maior”* (E1).

Entretanto, durante a pesquisa de campo, percebeu-se que um clima de conflito pode se instaurar, quando, por exemplo, não for explicado corretamente aos membros que ingressaram há pouco tempo como funciona a cooperativa. Sobre isso, o entrevistado C4 apresentou dificuldade em relatar como funciona a cooperativa e um certo tom de indignação em algumas respostas. Outro fator é que em uma das visitas foi dito pela administradora que atualmente eles não estavam tendo tantos conflitos, pois não havia muitos integrantes novos na cooperativa.

Na Folha Verde, algo também identificado na pesquisa de campo e comentado pelo técnico da entidade de apoio (E1) foi a existência do conflito pelo exercício da liderança do tesoureiro, especialmente, com críticas oriundas de mulheres na cooperativa pelo não compartilhamento

de informações e decisões: “(...) *questionavam pelo fato dele não compartilhar as informações do que estava acontecendo com a cooperativa, e ficava estabelecendo uma relação ali de um grupo que apenas trabalhava no dia-a-dia e ele que participava das decisões*” (E1).

Durante as entrevistas, percebeu-se que isso acontece e de acordo com um dos entrevistados: “*só tem uma pessoa que manda, e todo mundo pensa que tem que falar tudo com ele (...) Ah! ele vai dar patada. Gente, se todo mundo juntar, ele vai dar patada em todo mundo*” (C7). Essa fala evidenciou, de certa forma, um receio por parte dos cooperados em questionar a liderança da cooperativa, o que acaba por inibir os conflitos, pois não se sentem confortáveis em tomar parte dos assuntos do empreendimento.

Já, na Cidade do Aço, de acordo com a entrevistada da entidade de apoio, não existe uma capacidade de mediar os conflitos: “*Eles lidam da pior maneira. (...) Eu testemunhei lá dentro. Muita violência e capacidade de diálogo, assim zero*” (E2).

De forma geral, a gestão de conflitos nas cooperativas apresenta abordagens distintas, mas com alguns pontos em comum. Na Reciclar VR, a administradora exerce uma liderança centralizada, buscando resolver os problemas. A falta de explicação para os novos integrantes contribui para a emergência de conflitos, como evidenciado por membros que não compreendem completamente o funcionamento da cooperativa. Já, na Folha Verde, o conflito principal gira em torno da liderança do tesoureiro, que é criticado pela falta de transparência e por não compartilhar informações com os demais membros. Isso cria um ambiente de desconfiança e medo, dificultando a resolução dos conflitos. Por fim, na Cidade do Aço, há pouquíssimas pessoas trabalhando devido a situação de vulnerabilidade do empreendimento. No entanto, há um passado de violência nos confrontos e de dificuldades em lidar com a centralização do poder na figura da presidente. Em todas as cooperativas, a falta de diálogo e a centralização das decisões nas mãos de poucos são fatores que dificultam a gestão adequada dos conflitos pela diretriz da participação e do diálogo.

5. Discussão

Os resultados deste estudo apontam que, embora as cooperativas de catadores(as) de Volta Redonda-RJ possam ser percebidas como empreendimentos coletivos no campo da Economia Solidária, não é possível caracterizá-las como organizações autogestionárias.

Entende-se que a autogestão, enquanto modelo de organização, se revela como essencial para promover a participação ativa dos cooperados na tomada de decisões e na definição dos rumos da cooperativa, consolidando uma estrutura horizontal e democrática. Esse modelo, como afirmado por Singer (2002), vai além da gestão participativa, representando uma transformação profunda das relações econômicas e sociais, ao priorizar a coletividade sobre o individualismo e o lucro.

No entanto, sua prática enfrenta obstáculos relacionados à falta de formação e ao desafio de superar a cultura hierárquica predominante, que ainda permeia muitos contextos sociais e econômicos (França Filho, 2013). Outro aspecto diz respeito às inúmeras privações que se fazem presentes para o real funcionamento da cooperativa, o que pode impactar na sua dinâmica

de funcionamento. Soma-se a isso, a ausência de um sentimento de pertencimento e de apropriação do empreendimento como algo coletivo como propriedade de todos os membros.

Além disso, não se pode desconsiderar a fragilidade da implementação em âmbito municipal do marco regulatório pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que, mesmo reconhecendo o papel das cooperativas na gestão de resíduos sólidos (Brasil, 2010), tem-se que a execução das ações esbarra na insuficiência de apoio governamental, na baixa capacidade de investimento e na precariedade das condições de trabalho (Besen, 2006).

Apesar disso, as práticas autogestionárias fortalecem o sentimento de pertencimento e a autonomia dos cooperados, sendo indispensáveis para a sustentabilidade econômica e social desses empreendimentos (Magno et al., 2021).

5. Conclusões

A pesquisa evidenciou que as cooperativas de catadores(as) de Volta Redonda-RJ são consideradas espaços potenciais para a promoção da inclusão social e econômica de grupos vulneráveis. Entretanto, os achados da pesquisa guiam a conclusão para a inexistência de autogestão nas cooperativas.

Outro fator diz respeito em como as lideranças percebem a autogestão e, também da prática desse princípio na cooperativa, especialmente, quando comparada com a percepção dos outros membros da cooperativa. Ou seja, dependendo do papel que o cooperado exerce na cooperativa, a compreensão e a prática da autogestão podem variar significativamente. Sobre isso, o estudo identificou concentração de conhecimento e de decisões, o que compromete a gestão participativa nos empreendimentos. Essa concentração de conhecimento e a centralização de decisões em algumas lideranças acabam por enfraquecer o ideal de uma gestão verdadeiramente horizontal e democrática, considerada o cerne da Economia Solidária.

Portanto, para que a autogestão seja realidade torna-se fundamental investir em estratégias de formação contínua e inclusão de todos os cooperados nos processos de gestão. A democratização do acesso à informação, a promoção de espaços de diálogo e a valorização do protagonismo de todos os membros são passos indispensáveis para superar as desigualdades internas e consolidar as cooperativas como experiências concretas em Economia Solidária.

Além disso, a efetivação da autogestão nas cooperativas de catadores exige o fortalecimento de redes de apoio e parcerias com instituições públicas e privadas que possam contribuir para a capacitação dos cooperados e o aprimoramento da gestão coletiva. A atuação de organizações da sociedade civil, universidades e órgãos governamentais pode ser fundamental para fornecer suporte técnico, jurídico e administrativo, permitindo que as cooperativas desenvolvam mecanismos mais eficientes de tomada de decisão compartilhada. Dessa forma, a construção de um modelo autogestionário sólido depende não apenas das dinâmicas internas das cooperativas,

mas também de um ambiente institucional favorável que estimule a autonomia dos trabalhadores e a valorização de seu papel na cadeia produtiva da reciclagem.

Referências

- Abegão, L. H., Dos Santos, C. L., De Carvalho, J. H., & Pinto, J. M. (2019). Inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis: Um direito em disputa. *Encuentro de Pensamiento y Praxis*, Universidade Federal Fluminense.
- Baptista, V. F. (2015). As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: Onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro.
- Becker, M., & Bertolini, G. R. F. (2022). Panorama do debate sobre Economia Solidária e políticas públicas ligadas à coleta seletiva de resíduos sólidos: Exercício de revisão sistemática. *Desenvolvimento Regional em Debate (DRd)*, 12(ed. esp. 2), 121–138. [https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2\(DossieCooperativismo\).3557](https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2(DossieCooperativismo).3557)
- Bortoli, M. A. (2013). Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: Lutas e conformações. *Revista Katálysis*, 16(2), 248–257.
- Brasil. (2010). *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, ano 147, n. 147, p. 3–5, 3 ago. 2010.
- Carvalho, M. C. (n.d.). A experiência da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão: Um estudo empírico. In *Anais do Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete (CES)*, Conselheiro Lafaiete, MG.
- Corrêa, N. R. G., & Ayach, L. R. (2016). Organização social de catadores de recicláveis e seus desafios. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais (RBCIAMB)*, (41), 58–74.
- França Filho, G. C. (2013). A problemática da Economia Solidária: Um novo modo de gestão pública? *Cadernos EBAPE.BR*, 11(3), 499–516.
- Gaiger, L. I. (2013). A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 13–31.
- Lima, J. C. (2004). O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: O paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(56), 45–62.
- Lisboa, A. M. (2005). Economia Solidária e autogestão: Imprecisões e limites. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 45(3).

- Magno, G. D., Moraes, A. I. S., Veiga, T. B., & Uehara, S. C. S. A. (2021). Cooperativas de catadores e os desafios para a autogestão. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 8(19), 831–845. [https://doi.org/10.21438/rbgas\(2021\)081912](https://doi.org/10.21438/rbgas(2021)081912)
- Minayo, M. C. S. (2014). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (36ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Moura Fé, C. F. C., & Faria, M. S. (2011). Catadores de resíduos recicláveis: Autogestão, Economia Solidária e tecnologias sociais. In L. R. Costa & S. E. S. Souza (Orgs.), *Cooperativas de catadores: Reflexões sobre práticas* (pp. 15–35). São Carlos: Claraluz.
- Silva, S. P. (2020). Reciclagem e Economia Solidária: Análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. In S. P. Silva, *Dinâmicas da Economia Solidária no Brasil: Organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas* (Cap. 5). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2004). Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, 18(51), 7–22.
- Tauile, J. R., & Debaco, E. S. (2002). Autogestão no Brasil: A viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores.
- Tauile, J. R., & Rodrigues, H. (2004). Economia Solidária e autogestão: A criação e recriação de trabalho e renda. *Mercado de Trabalho*, (24). <https://www.ipea.gov.br>
- Vergara, S. C. (1998). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Vergara, S. C. (2010). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Luz, E. G., et al. (2018). Diagnóstico do programa de coleta seletiva na zona leste na cidade de São Paulo sob a ótica das cooperativas, poder público e municípios. *Gestão & Regionalidade*, 34(102), set.-dez.